

**Em Busca da Imortalidade:
Algumas reflexões sobre a biografia e a História.**

RENATA CERQUEIRA BARBOSA
(Doutoranda/UNESP - Campus Assis/FAPESP)
Renata7barbosa@hotmail.com

A preocupação com a descrição da história de uma vida teve seu início no mundo grego antigo, ao mesmo tempo em que surgiu a história como forma de conhecimento. As biografias tinham por objetivo, dar exemplos morais, negativos ou positivos, muitas vezes constituindo os panegíricos. Essa “biografia clássica” dava maior ênfase ao caráter político, moral ou religioso do biografado, do que à pessoa, em sua singularidade. (BORGES: 2005, p. 205) Assim como a biografia, a história também surge segundo Heródoto, com o propósito de preservar aquilo que deve sua existência aos homens, para que o tempo não oblitere, e prestar aos extraordinários e gloriosos feitos, louvor suficiente para assegurar-lhes evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos. Seu entendimento da tarefa da História enraizava-se na concepção e experiência gregas de natureza, que compreendia todas as coisas que vêm a existir por si mesmas, sem assistência de homens ou deuses, sendo assim imortais. (ARENDR: 1979, p. 70)

De acordo com Hannah Arendt, como a natureza e suas “coisas” *estão sempre presentes, é improvável que sejam ignoradas ou esquecidas; e, desde que elas existam para sempre, não necessitam da recordação humana para sua existência futura (...)*. (ARENDR: 1979, p. 70) E ainda, ao buscar uma afirmação em Aristóteles, nos assegura que o homem, enquanto ser natural e pertencente ao gênero humano possui imortalidade; através do ciclo repetitivo da vida, a natureza assegura para as coisas que nascem e morrem o mesmo tipo de eternidade. Neste sentido, está garantida a perpetuação do ser humano, no entanto o homem como indivíduo, não pode garantir este ciclo, pois a mortalidade se tornou a marca distintiva da existência humana. Os homens são “os mortais”, pois os animais existem apenas como membros de espécies e não como indivíduos. A mortalidade do homem repousa no fato de que a vida

individual, uma *bios* com uma história de vida identificável do nascimento à morte, emerge da vida biológica. Essa vida individual se distingue de todas as outras coisas pelo curso retilíneo de seu movimento, que por assim dizer secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica. Para Hannah Arendt, é isso a mortalidade: *mover-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica.* (ARENDR: 1979, p. 71) O grande desafio é perceber que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções, ou seja, *o extraordinário.*

No início da escrita da História Ocidental, a distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as coisas que existem por si mesmas, era o pressuposto tácito da historiografia. Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis. Contudo, para Arendt, se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras, de alguma permanência e impedir sua perecibilidade, então essas coisas entrariam no mundo da eternidade e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemósine, considerada, portanto como mãe de todas as demais musas. (ARENDR: 1979, p. 72)

A preocupação com a grandeza, tão proeminente na poesia e historiografias gregas, baseia-se na estreitíssima conexão entre os conceitos de natureza e de história. Seu denominador comum é a imortalidade. Para a autora, imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, é o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver ao mundo em que nasceram, se desejam sobreviver às coisas que os circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. A História acolhe em sua memória aqueles mortais que através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre. (ARENDR: 1979, p. 78)

Neste sentido, o objetivo da biografia era transmitir à posteridade a memória de homens que “merecem” ser celebrados. Um bom exemplo de biógrafo

memorialista, é o escritor e enciclopedista, Caio Suetônio Tranqüilo, nascido por volta de 70 d.C., provavelmente em Hipona, no norte da África. Ocupava a posição de *eqüestre*¹, trabalhou como gramático e depois se dedicou ao serviço público. Foi encarregado pelo imperador Trajano, de cuidar dos arquivos e bibliotecas, e depois, pelo imperador Adriano, da correspondência oficial. Nos textos dele que ainda possuímos, sobretudo *As Vidas dos Doze Césares*,² vemos que ele tirou proveito de uma documentação que suas funções lhe tornavam acessível, pois teve em mãos cartas e correspondências de César, Augusto e Nero entre outros. A obra é composta de doze biografias que abrangiam de César a Domiciano, das quais se perdeu apenas o início da primeira. De acordo com Diana Bowder, a obra tem seus vícios: *o estilo ainda é pouco hábil, as anedotas algumas vezes são pedantes, traindo uma credulidade sem limites, em especial quando o que relata contribui para o descrédito de sua vítima. Por outro lado, Suetônio é profundo, interessante, vigoroso, lúbrico, e forneceu dados valiosos sobre a personalidade dos imperadores romanos.* (19??, p. 244)

As Vidas dos doze Césares consiste em relatos nos quais os dados são classificados por categorias: descrição de guerras, atos constitucionais, reformas sociais, espetáculos públicos, doações e benemerência, vida doméstica, mexericos escandalosos, aparência pessoal, doenças. Na biografia de Júlio César o padrão pode ser claramente observado. Esta se inicia com as informações relativas à família e ao nascimento da personagem, acompanhada dos respectivos presságios; segue-se com a descrição da carreira de Júlio César, até sua vitória sobre os adversários e a sua ascensão ao poder; a celebração da vitória, inclusive os jogos públicos realizados; as reformas e planos de governo. Suetônio, explica seu programa, ou seja, o que irá trabalhar, despreocupado com a ordem cronológica, e termina com o relato da conspiração, morte, testamento, funeral e das reações provocadas pelo assassinato do imperador. Nas demais biografias o padrão é mais ou menos seguido, variando as características conforme o imperador a ser retratado. De acordo com Maria Luiza Corassim, um catálogo dos “vícios” dos “maus” imperadores era costumeiramente incluído; quase sempre era apresentada uma mistura das qualidades positivas e negativas, deixando-se ao leitor o encargo de formar um juízo sobre a personagem central da biografia. (1997, p. 102) No entanto, ao apresentar os aspectos negativos ou positivos, o autor já induzia o leitor a um juízo de valor.

Esta forma de organizar os dados do relato, chamada por alguns de eidológica, por oposição a outra forma possível, a cronológica, permite ao autor reunir os tópicos *per species*. Suetônio usa freqüentemente um recurso, chamado em latim de *divisio*. As *divisiones* eram adotadas para tornar clara a passagem de um tópico para o outro, dentro do esquema eidológico, separando os itens de uma biografia. (CORASSIM: 1997, p. 102) Há outras duas características na obra de Suetônio: uma é a citação de fontes de todo o tipo, em prosa e verso, em latim ou em grego, utilizando partes de cartas para ilustrar as questões que expõe. Como Suetônio trabalhou na época de Adriano em secretarias imperiais, se utilizou de consultas aos documentos citados.³ A outra constante é a abundância de pormenores escandalosos sobre o biografado. Pode-se considerar que Suetônio deu a linha que seria posteriormente seguida pela biografia imperial. (CORASSIM: 1997, p. 102)

Em *A Arte do Biógrafo*, Jean Orioux ao analisar o papel desempenhado pelo biógrafo, afirma que este deve reunir o maior número possível de conhecimentos sobre um personagem histórico, a fim de se aproximar, tanto quanto possível de sua verdade viva, com o máximo de precisão, de autenticidade e de probidade. (ORIEUX: s/d, p. 33) Neste sentido, segundo as indicações de Corassim (1997, p. 102) e da própria profissão de Suetônio, percebemos que ele se utilizou de fontes importantes, como os documentos imperiais, no entanto, não sabemos exatamente a natureza destes documentos, bem como, não sabemos como ele se apropriou destes mesmos documentos, no que diz respeito à interpretação e juízo de valor, mas sabemos através de alguns pesquisadores, que ele se utilizava de um certo pedantismo, quando queria levar o biografado ao descrédito.

Hoje em dia, a biografia está entre algumas das preocupações dos historiadores, mas denuncia às vezes suas ambigüidades. Segundo Giovanni Levi, em certos casos, recorre-se a biografia para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais. (1996, p. 167)

Giovanni Levi acha necessário tecer algumas observações ao recente entusiasmo dos historiadores pela biografia e autobiografia, num período de crises dos paradigmas e de questionamento construtivo dos modelos interpretativos aplicados ao mundo social. Segundo ele, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas. (1996, p. 167)

Um primeiro aspecto significativo refere-se às relações entre história e narrativa. A biografia constitui o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis, como por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição. (LEVI: 1996, pp. 168-169)

As exigências de historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam aos poucos se tornando mais parecidas. O sucesso editorial de algumas biografias recentes escritas por não-historiadores, atendendo a encomendas de editoras com financiamento de pesquisas e tempo de elaboração, coloca em questão mais uma vez, a oposição entre as exigências de mercado e as preocupações científicas com a necessidade de renovação desse gênero de produção histórica. Parece-nos que a avides do público pelas revelações das biografias, principalmente no que se refere aos mexericos e segredos de alcova de figuras conhecidas, é um reflexo natural da expansão e intensificação das informações sobre personalidades atuais, que se procura transferir e acrescentar aos homens do passado. A história do cotidiano⁴, também reflete de certa forma, uma desistência de buscar explicações mais profundas e amplas da experiência humana, no sentido de nos trazer um conforto do próximo, do simples, do familiar e nos dispensa de tentar compreender a sociedade como um todo que resulta de um processo longo e complexo.

Nesse sentido, Levi nos remete a Pierre Bourdieu, o qual falou acertadamente de *ilusão biográfica*, considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante. Nesse tipo de utilização, a biografia conserva sua especificidade. Todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Mas, de acordo com Levi, o contexto remete a duas perspectivas diferentes. Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. Do mesmo modo, a interpretação que tende a normalizar comportamentos que perdem seu caráter de destino individual na medida em que são típicos de um meio social e que afinal contribuem para o retrato de uma época ou de um grupo. Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia com a da personagem estudada. (LEVI: 1996, p. 169)

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Para Levi, pode-se alegar que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam. (1996, p. 176)

Maurice Halbwachs nos traz considerações acerca da memória individual e coletiva, que ajudam a esclarecer a problemática da biografia, assim como Giovanni Levi. De acordo com ele, geralmente fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer, debilitar ou completar o que sabemos de um evento em determinado contexto. A memória, neste sentido, torna-se indispensável. É a ela que recorremos como testemunho em determinados momentos da pesquisa histórica. No entanto esta

pode ser individual ou coletiva, e para este autor, o indivíduo participaria destas duas espécies.

(...) Mas conforme participe de uma ou de outra, adotaria duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias. De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aqueles que lhes são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (...) (HALBWACHS: 2004, p. 57)

De acordo com Halbwachs, se essas duas memórias se penetram frequentemente; em particular se a memória individual pode apoiar-se sobre a memória coletiva para confirmar algumas de suas lembranças, nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que forem recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS: 2004, p. 58)

Ao analisar a memória individual, o autor afirma que esta, não está inteiramente fechada ou isolada. Uma pessoa para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de evocar a lembrança dos outros. Ela se reporta a pontos de referência que existem fora dela, e que são fixados pela sociedade. Ou seja, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. A memória individual é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva, o é também, no entanto estes limites não são os mesmos, pois eles podem ser mais restritos ou mais remotos. Determinados acontecimentos ocupam um lugar na memória da nação, mesmo que a pessoa não o tenha assistido. Elas carregam consigo uma bagagem de lembranças históricas, que podemos ampliar pela conversação ou pela leitura. (HALBWACHS: 2004, p. 58)

Um bom exemplo está relacionado à lembrança que temos de determinados imperadores romanos, como Augusto, Nero ou Calígula, que são lembrados negativa ou positivamente, conforme valores estabelecidos pela sociedade daquele ou desse momento histórico, sem que o tenhamos presenciado.

Entretanto, para reconstruir em sua integridade a lembrança de um determinado acontecimento, seria necessário juntar todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo. Porém, as lembranças pessoais estão inteiramente em cada um. Segundo Halbwachs, seria o caso então, de distinguir duas memórias, que ele chama de *memória autobiográfica* e *memória histórica*. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outro lado, ela não representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (2004, p. 59)

Halbwachs distingue a *memória histórica* – aquela que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; da *memória coletiva* – aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, que mudam conforme os objetivos que elas implicam. Neste meio, também se desenvolvem muitos trabalhos tendenciosos, que são muitas vezes direcionados por uma memória histórica construída em favor de determinados grupos ou contra outros, conforme o interesse da sociedade ou grupo criador. Neste sentido, podemos classificar alguns trabalhos biográficos memorialistas como o caso de *As vidas dos doze Césares* de Suetônio.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na historiografia, assim como na visão acerca da história, muitas das biografias “confeccionadas” atualmente, possuem aquele sentido primeiro, de lutar pela imortalidade, que pode significar, conforme Hannah Arendt, a imortalização de si mesmo através de feitos famosos e a aquisição de fama imortal, como ocorreu na Grécia antiga; ou também pode significar a adição, à obra humana, de algo mais permanente do que nós mesmos; e pode significar também, como com os filósofos, o dispêndio da própria vida com coisas imortais.

(ARENDDT: 1979, p. 105) Em qualquer caso, a palavra designava uma atividade e não uma crença, e o que a atividade requeria era um espaço imperecível garantindo que o “imortalizar” não fosse em vão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 69-126.

BORGES, V. P. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005 p.203-233.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga – Dicionário biográfico*. (?): Art Editora / Círculo do Livro, (?).

CORASSIM, Maria Luíza. “Biografia e História na ‘Vita Aureliana’”. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Biografia, biografias*. São Paulo: Ed. Unijuí, vol. 17, nº. 33, 1997, p. 98-111.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: AMADO & FERREIRA. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

ORIEUX, Jean. “A Arte do Biógrafo”. In: Duby, G, et al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d, p. 33-42.

SUETÔNIO. *As vidas dos doze Césares*. São Paulo: Atena Editora, 1959, p. 9 – 62.

NOTAS

¹ A ordem eqüestre pertencia à camada superior da sociedade romana. Era formada por procuradores, membros da milícia, administradores e altos funcionários públicos. Mais informações estão contidas em ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989, pp. 110 – 171.

² O título correto da obra é duvidoso, conforme: BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga – Dicionário biográfico*. (?): Art Editora/ Círculo do Livro, 19??, P. 244.

³ De acordo com muitos historiadores, a obra foi encomendada justamente por este imperador.

⁴ É necessário deixar claro que me refiro a História do cotidiano realizada, sem levar em conta determinados aspectos referentes ao contexto histórico do período, no que diz respeito, por exemplo, à política, economia, religiosidade e sociedade.